

# Quando a burocracia demora mais do que as pessoas

written by Ana Durana | 25 de Maio, 2026

**OCIDADÃO**  
Journalism 1.0

**OPINIÃO**  
Ana Durana



*“Engenheira... isto vai ser resolvido quando?”*

Há perguntas que ficam connosco.

Quem anda no terreno sabe o peso desta frase. Porque os problemas da habitação social não vivem no tempo dos procedimentos. Vivem no dia a dia das pessoas.

Vivem nas infiltrações que continuam a crescer. Nas fachadas degradadas. Nas áreas comuns que perderam dignidade ao longo dos anos. Vivem no silêncio de quem já reclamou demasiadas vezes e começa a acreditar que nada muda.

E digo isto depois de ouvir demasiadas famílias à espera de respostas.

Ao longo dos últimos meses, tenho visitado empreendimentos habitacionais, acompanhado equipas técnicas e percebido uma

realidade difícil de ignorar: muitas vezes, quando finalmente existe vontade de resolver rapidamente os problemas, os procedimentos já não acompanham a urgência da realidade.

E aqui começa o paradoxo.

Grande parte destas situações não surgiu de um dia para o outro. São problemas acumulados durante anos de ausência de manutenção preventiva, pequenas anomalias ignoradas, decisões adiadas e intervenções que nunca chegaram a acontecer em tempo útil.

O problema é que, quando alguém tenta finalmente recuperar património degradado e responder rapidamente às populações, encontra muitas vezes processos lentos, limites desajustados e uma burocracia que não acompanha aquilo que se vê no terreno. Entretanto, os edifícios continuam a degradar-se.

E quem sofre primeiro são sempre as pessoas.

Hoje, com os custos reais da construção, da mão de obra, dos materiais e das exigências técnicas, há valores previstos na contratação pública que já não correspondem minimamente à realidade dos municípios.

Trinta mil euros já não resolvem praticamente nenhuma intervenção estrutural relevante num parque habitacional de grande dimensão.

Não estamos a falar de luxo.

Estamos a falar de preservar património público antes que os problemas se agravem. Estamos a falar de segurança, de dignidade habitacional e da obrigação que o Estado tem de garantir condições mínimas às famílias.

A habitação social não vive apenas de novos projetos ou anúncios públicos. Vive da manutenção diária, da capacidade de antecipar problemas e, sobretudo, da rapidez de resposta antes que pequenas anomalias se transformem em situações muito mais graves e muito mais caras.

Importa também reconhecer que o atual Governo demonstrou

sensibilidade para esta realidade ao colocar na agenda a revisão do Código dos Contratos Públicos, assumindo a necessidade de simplificar procedimentos, acelerar decisões e adaptar os mecanismos de contratação às verdadeiras necessidades do país.

Num contexto particularmente exigente para áreas como a habitação, esta abertura para rever limites, reduzir bloqueios administrativos e reforçar a capacidade de resposta dos municípios representa um sinal importante de modernização do Estado e de aproximação aos problemas reais das populações.

Porque governar também é perceber que há momentos em que responder rapidamente deixa de ser apenas uma questão administrativa e passa a ser uma questão de dignidade humana. E importa dizer isto com clareza: defender maior rapidez nos procedimentos não significa defender ausência de fiscalização. A fiscalização é essencial. O dinheiro público exige rigor, transparência e controlo.

O problema nunca foi fiscalizar.

O problema é quando a burocracia demora mais do que a realidade das pessoas.

E há ainda uma dimensão humana que raramente entra nestes debates.

Sempre que chega um novo executivo, a esperança das pessoas renasce. Os moradores acreditam finalmente que os problemas vão ser resolvidos, que alguém os ouviu, que alguma coisa vai mudar.

Mas muitas vezes, por maior que seja a vontade de agir, quem chega encontra processos demorados, limitações administrativas, ausência de manutenção acumulada durante anos e uma realidade muito mais complexa do que aquilo que as populações conseguem ver.

O problema é que as pessoas não vivem no tempo dos procedimentos. E quando passam meses sem respostas visíveis, cresce a revolta, cresce o desânimo e instala-se a sensação de que *“é tudo igual”*.

Mas nem sempre é.

Porque muitas vezes o que parece falta de vontade é, na realidade, o peso de anos de atraso que alguém está finalmente a tentar recuperar.

Uma administração pública saudável deve responsabilizar quem falha. Mas também deve permitir que quem quer resolver problemas concretos consiga agir em tempo útil e de boa-fé. Porque a demora tem consequências.

Tem consequências nos edifícios, que continuam a degradar-se. Tem consequências financeiras, porque aquilo que podia ser resolvido mais cedo acaba por custar muito mais. E tem consequências humanas, porque as populações perdem confiança quando sentem que os problemas se arrastam anos sem resposta.

Quem visita empreendimentos sociais percebe rapidamente uma coisa: a verdadeira urgência não está nos papéis.

Está na vida das pessoas.

Porque no fim de tudo... a verdadeira obra pública não é o procedimento.

São as pessoas.